

1 ATA DA TRECENTÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
2 ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE JANEIRO DE  
3 2019, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E  
4 CIDADANIA- SEMDESC. **HORÁRIO: 08h38min.** QUÓRUM DE ABERTURA: Constatada a  
5 presença dos conselheiros (as): **Marli Rodrigues Xavier Brito Araújo** (representante da sociedade  
6 civil – Abrigo Frei Anselmo); **Joana Darc Aparecida Oliveira Machado** (representante do  
7 Governo – SEMED); **Roberta Hassan Alves Armond** (representante do Governo - SEMDESC);  
8 **Geovane Martins Ferreira** (representante do governo – SEFAZ); **Elisa Regina Franco Mattos**  
9 **Ferreira** (representante da Sociedade Civil - APAE); **Nilma Vieira de Jesus** (representante dos  
10 Assistentes Sociais); **Rhayza Fernanda Mendes** (representante do Governo - Gabinete); **Rosilene**  
11 **Cordeiro Máximo da Cunha** (representante da sociedade civil – Associação Mão Amiga); e  
12 **Rafaela Samira Moreira Pereira** (representante da sociedade civil – Psicólogos). Presente ainda,  
13 Cláudia Maria de Oliveira, Secretária Municipal do Desenvolvimento Social e Cidadania. A vice-  
14 presidente Marli iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Leu a ata da trecentésima sexta  
15 reunião extraordinária que após correções foi aprovada por unanimidade. Passou para a pauta da  
16 devolutiva da Comissão de Inscrição e Acompanhamento de Entidades, Serviços, Programas,  
17 Projetos e Benefícios. A conselheira Joana membro da referida comissão procedeu a leitura do  
18 relatório do CRAS 2, ressaltando a ausência de registro das atividades que limitaram-se a anotações  
19 da agente social. As técnicas Ednalva e Maria Magna não se pronunciaram uma vez que haviam  
20 sido empossadas recentemente. Quanto às atividades desenvolvidas Joana informou que a técnica  
21 Solange e a agente social Cristiane falaram que apesar de alguns problemas, especialmente de  
22 adesão dos usuários, faziam um trabalho de referência para o território. Cláudia partilhou com a  
23 plenária sua preocupação quanto às informações documentadas pelo CMAS resultantes das visitas  
24 institucionais, as quais seriam importantíssimas como documentos comprobatórios de que o serviço  
25 foi prestado corretamente ou não. E que sugeria que o Conselho documentasse as visitas de forma a  
26 compromissar os profissionais presentes no momento com as informações prestadas. Evitando  
27 desencontros e equívocos posteriores. Marli falou da inviabilidade de realização de ata de visita em  
28 tempo real, uma vez que toda a atenção dos conselheiros ficaria voltada para o momento, exigindo  
29 concentração e observação. Mas que entendia que os membros da Comissão seriam constituídos de  
30 competência para relatarem as informações e que as mesmas deveriam ter fé pública. Elisa sugeriu  
31 que o instrumental de visita fosse lido e assinado por todos os presentes ao final da mesma. Sendo  
32 acatada a sugestão pela plenária. Passou a leitura do relatório de visita no CREAS, sendo ressaltada  
33 a ausência do PAEFI. Colocados para votação os relatórios de visita do CRAS 2 e CREAS, os  
34 mesmos foram aprovados da seguinte forma: Marli (aprovou); Nilma (aprovou); Rhayza (aprovou);  
35 Geovane (aprovou); Elisa (aprovou); Rafaela (aprovou); Roberta (aprovou) e Rosilene (aprovou).  
36 Em seguida Marli fez a leitura do relatório de visita da Comissão de Inscrição e Acompanhamento

37 de Entidades, Serviços, Programas, Projetos e Benefícios à AUDEC para fins de pedido de  
38 inscrição no CMAS, a qual colocou-se favorável à inscrição. Os membros da Comissão Marli e  
39 Elisa ressaltaram uma visível evolução da entidade dentro das recomendações anteriores. Marli  
40 ressaltou que aguardariam a manifestação da técnica da gestão para posterior decisão em plenária.  
41 Colocado o relatório da Comissão de Inscrição e Acompanhamento de Entidades, Serviços,  
42 Programas, Projetos e Benefícios quanto ao pedido de inscrição da AUDEC, o mesmo foi aprovado  
43 da seguinte forma: Marli (aprovou); Nilma (aprovou); Rhayza (aprovou); Geovane (aprovou); Elisa  
44 (aprovou); Rafaela (aprovou); Roberta (aprovou) e Rosilene (aprovou). Passando a palavra para a  
45 gestão, Cláudia informou da necessidade de reprogramação dos recursos de cofinanciamento federal  
46 das Ações Estratégicas do PETI – AEPETI para o ano de 2019, a qual necessitava a apreciação e  
47 deliberação do Conselho. Esclareceu que o Plano de Aplicação ainda seria o mesmo aprovado em  
48 2018 que previu a contratação de profissionais. Após os esclarecimentos pertinentes apresentou o  
49 saldo orçamentário no valor de R\$ 175.619,01 (cento e setenta e cinco mil seiscientos e dezenove  
50 reais e um centavo). Colocada para votação a reprogramação dos recursos das AEPETI foi aprovada  
51 da seguinte forma: Marli (aprovou); Nilma (aprovou); Rhayza (aprovou); Geovane (aprovou); Elisa  
52 (aprovou); Rafaela (aprovou); Roberta (aprovou) e Rosilene (aprovou). Em seguida apresentou o  
53 relatório semestral do SIMSUAS-MG referente ao segundo semestre de 2018, o qual foi utilizado  
54 para parte da manutenção da Casa Lar. Informou o saldo financeiro de R\$ 5.186,87 (cinco mil  
55 cento e oitenta e seis reais e oitenta e sete centavos). Na oportunidade Cláudia ressaltou que os  
56 atrasos no repasse pelo governo do Estado ainda estariam pendentes, sem previsão de regularização.  
57 Colocados para votação o relatório e o saldo financeiro do SIMSUAS-MG segundo semestre de  
58 2018 foram aprovados da seguinte forma: Marli (aprovou); Nilma (aprovou); Rhayza (aprovou);  
59 Geovane (aprovou); Elisa (aprovou); Rafaela (aprovou); Roberta (aprovou) e Rosilene (aprovou).  
60 Prosseguindo Cláudia informou de reunião realizada pela gestão e o Controle Interno do Município  
61 com as comissões de seleção das propostas de parceria com as Organizações da Sociedade Civil.  
62 Explicou que na reunião foi discutida a possibilidade de trabalho conjunto das comissões, sendo a  
63 Comissão de Seleção do MROSC e a Comissão de Instrumentos Legais do CMAS, visando à  
64 qualificação das mesmas possibilitando resultados mais técnicos e transparentes junto às  
65 transferências de recursos públicos às entidades. Colocada para aprovação a proposta de trabalho  
66 conjunto das Comissões a mesma foi aprovada seguinte forma: Marli (aprovou); Nilma (aprovou);  
67 Rhayza (aprovou); Geovane (aprovou); Elisa (aprovou); Rafaela (aprovou); Roberta (aprovou) e  
68 Rosilene (aprovou). Prosseguindo com a pauta Rosilene falou da necessidade de recompor a  
69 Comissão de Instrumentos Legais, uma vez que conselheiros representantes de entidades não  
70 deveriam fazer parte das mesmas. Dessa forma, após discussões foi recomposta a referida Comissão  
71 com os seguintes membros: Simone, Magda, Rhayza, Rafaela e Vanessa. Quanto à recomposição da  
72 mesa diretora e as demais comissões, Marli sugeriu adiar para reunião posterior, com a presença de

73 outros conselheiros. Sendo acatado pelos presentes. Marli falou da necessidade de um novo  
74 secretário, uma vez que o conselheiro Dener estaria em licença prêmio, ficando afastado do  
75 Conselho nos próximos meses. A conselheira Rhayza se dispôs a ficar com o cargo, sendo  
76 consentido por todos os presentes. Em informes gerais, a vice-presidente Marli e diretora do Abrigo  
77 Frei Anselmo, falou da experiência do referido serviço quanto ao auxílio funeral devido aos  
78 acolhidos, mas necessariamente quanto à ausência de flores na ornamentação da urna. Que tratava  
79 de situação constrangedora, parecendo descaso a falta de ornamentação, questionando o que o  
80 CMAS poderia fazer a respeito. Cláudia esclareceu que a colocação de flores estaria fora da  
81 possibilidade de oferecimento do serviço, por trata-se de ornamento de custo elevado. E que a  
82 experiência do órgão gestor e do próprio CMAS, pois esta seria uma questão recorrente, a  
83 colocação de flores a parte daria margem a exploração comercial das famílias, uma vez que a  
84 ornamentação poderia custar valor igual ou até superior a todo o serviço funeral oferecido pelo  
85 Benefício Eventual de Auxílio Funeral. E apesar de entender o sentimento da família, o serviço  
86 prima por qualidade satisfatória para um funeral digno, porém sem outros itens. Finalizando Marli  
87 procedeu a leitura de ofício da SEMDESC encaminhando material disponibilizado pela SEDESE  
88 com orientações acerca das medidas socioeducativas em meio aberto. Mais nada a tratar, a vice-  
89 presidente encerrou a reunião e, eu, Isabel Aparecida Cruz Randi, lavrei a presente ata que após lida  
90 foi aprovada pelos presentes. **ENCERRAMENTO: 10h56min.**